

Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo

João B. Serra



Portugal Moderno, 1910-1940, coord. Paulo Henriques,

Catálogo Exposição Portugal-Frankfurt,

1997

Portugal no início do século XX

Cinco milhões e quatrocentos mil portugueses habitavam o território à entrada do século. Em 1911 serão seis milhões. As áreas mais populosas situavam-se no litoral Centro e Norte. Uma percentagem alta da população portuguesa masculina e jovem emigrava, tendo por destino os Estados Unidos e o Brasil, principalmente. Segundo as estatísticas da emigração legal, em 1901 saíram 20 646 e, em 1911, 59 661, um pico que repercute, no ano seguinte ao da revolução republicana, uma tendência anterior.

A urbanização fizera o seu curso ao longo da segunda metade do século XIX: em 1864, a percentagem rondava os 11,5% e em 1900 subira aos 16%. Mas as cidades portuguesas são na sua maioria de pequeno porte, "vilas urbanas". Em 1900, as maiores concentrações constituem um grupo com um número de habitantes próximo dos 20 000 (Braga, Coimbra, Setúbal, Ponta Delgada e Funchal). A maior parte das cidades situa-se no escalão entre 5 000 e 10 000 habitantes (Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Faro, Guarda, Guimarães, Lamego, Santarém, Tavira, Tomar, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Horta).

O Porto contava então 168 000 habitantes e Lisboa, protagonista já da macrocefalia, 356 000. A capital, que em 1910 chegaria aos 486 000, representava mais de 10% da população urbana portuguesa total, e concentrava os mais qualificados e abundantes equipamentos e recursos urbanísticos e técnicos.

O moderado crescimento urbano, exceptuando o caso de Lisboa, acentuava a ruralidade predominante em todo o território. A agricultura ocupava cerca de 65% da população activa, alguma da qual, aliás, trabalhava a terra no interior dos próprios limites urbanos.

Nalgumas regiões, a Norte e Centro, a propriedade encontrava-se muito dividida, tendência que se acentuou na viragem do século. E embora a situação naqueles distritos contrastasse vivamente com a dos distritos do Sul, a média dos prédios rústicos do Continente era, em 1910 de 0,481 hectare.

O produto agrícola, cuja composição assentava basicamente em cereais, vinho e produtos animais (as outras produções no seu conjunto não representam mais que 20%), cresceu razoavelmente ao longo da segunda metade do século XIX, mas decaiu na primeira década do século XX, devido ao facto de o crescimento anterior ter sido sobretudo de tipo extensivo¹.

O sector industrial cresceu mais do que o agrícola na segunda metade do século XIX e terá também pesado mais no Produto Interno Bruto. Mas enfrentou duas condicionantes estruturais que explicam o atraso com que Portugal chegou ao fim do período que antecede a Grande Guerra. Seriam elas: uma forte dependência de importações de matérias primas, uma elevada dependência do mercado interno e colonial².

Os principais sectores industriais eram os têxteis e lanifícios (representando em conjunto

¹ Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX Crescimento Económico e Comercio Extremo, 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995, p. 53-54.

² Jaime Reis, diversos estudos publicados nos anos 1980 e incluídos na obra *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993´.

cerca de 40% do total do valor acrescentado³, seguindo-se a metalurgia, as indústrias alimentares (azeite, farinha, cerveja, conservas de fruta), o tabaco, a cortiça, o linho, a cerâmica, o papel, o sabão e as conservas de peixe. À entrada do século XX, as principais exportações industriais eram as conservas de peixe, os algodões, a cortiça e as alimentares. A observação da organização industrial revela um predomínio da pequena unidade (exceptuando casos como o dos tabacos), a elevada participação da mão-de-obra e o baixo nível de formação especializada e até de formação escolar básica dos operários.

A grande maioria da população era iletrada. Apesar de o Estado liberal ter criado um sistema nacional de educação primária, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 78% em 1900 e de 75% em 1910, uma das mais elevadas da Europa, mesmo em comparação com as taxas dos países da área mediterrânica.

Grandes contrastes marcavam a paisagem social portuguesa, onde nos antípodas de uma classe camponesa vivendo no limiar da subsistência, e do operariado urbano enfrentando condições de vida duras, se nos deparam uma aristocracia fundiária e um grupo de novos ricos com fortunas feitas no comércio e na especulação. Burgueses e aristocratas frequentavam os salões, recolhiam-se nos clubes, pontuavam no S. Carlos. No Verão migravam com os seus séquitos para as termas e para as praias⁴.

³ Pedro Lains, *op. cit.* p. 63.

⁴ Um retrato impressionante da desigualdade social portuguesa desta época encontra-se em Maria Filomena Monica, *A Queda da Monarquia: Portugal na Viragem do Século*, Lisboa, Dom Quixote, 1987.

A implantação da República

Portugal entrou no século XX com atraso relativamente aos restantes países europeus e esse atraso foi encarado com pessimismo pelas elites intelectuais. O sentimento da decadência e a crítica das instituições monárquicas, com frequência associados, obtiveram um forte impacto na opinião pública.

É certo que a agricultura e a indústria se tinham desenvolvido ao longo da segunda metade do século, o sector dos transportes sofrera grandes transformações, o sistema político se estabilizara, mas a modernização do País não iludira a persistência da pobreza e do atraso. Nos finais do século XIX, um clima de crise - cuja percepção é de crise global, da sociedade, do Estado e da mentalidade - fornece alento e legitimidade a um novo movimento regenerador que anunciava a República como solução para os males da Pátria.

A perda de confiança na monarquia e a destruição do consenso quanto às regras de jogo parlamentar e governativo são as principais consequências desse sentimento de crise. Nos alvares do século XX, acentuando-se a falta de correspondência entre o modelo de legitimação e os desafios decorrentes da modernização da economia e sociedade. O sufrágio evoluiu no sentido da limitação do direito de voto e da limitação do corpo eleitoral, o que impediu que o sistema eleitoral funcionasse como um integrador. O movimento social urbano exprime de alguma forma a contestação a um sistema incapaz de absorver o protesto, designadamente operário. A agudização dos conflitos políticos e sociais, a partir de 1906, coloca os republicanos no centro da alternativa ao regime.

A intumescência do movimento anti-monárquico, a partir de meados de 1907, é inseparável da iniciativa régia de chamar ao governo um chefe dissidente (João Franco), e de lhe

conceder, um ano depois, a ditadura.

Em clima de ausência de liberdade de imprensa e de perseguições políticas, o protesto contra a ditadura atinge o Rei e a Monarquia. Surgem as primeiras acções populares de rua e a preparação de ataques bombistas. A 1 de Fevereiro de 1908, D. Carlos e o seu filho mais velho, Luis Filipe, são mortos a tiro.

Fundada em 1895, a Carbonária Portuguesa será o principal instrumento de organização e actuação pró-revolucionária. Tratava-se de uma sociedade secreta, inspirada no modelo da congénere italiana. A ditadura de João Franco propiciou o crescimento da Carbonária e deu azo às suas primeiras acções e contactos com o Partido Republicano. Ao longo do segundo semestre de 1908 e primeiro de 1909, a Carbonária infiltrou-se nas Forças Armadas, admitiu anarco-sindicalistas e integrou diversos grupos anarquistas.

A impaciência dos revolucionários deparava-se, no entanto, com diversos obstáculos. O Partido Republicano, como partido-frente que era, agregava várias tendências e conceitos táticos e até estratégicos. Ao longo do segundo semestre de 1908, e primeiro de 1909 foi no entanto ficando claro que a revolução, a fazer-se, não poderia ser dirigida exclusivamente pelo Partido Republicano.

De acordo com o plano da revolta imposto pelo seu chefe militar, a intervenção das unidades navais seria fundamental. Essa previsão viria a determinar a escolha da madrugada de 4 de Outubro para o início das operações.

As coisas não correram bem, na noite do dia 3, a coordenação do plano militar falhou e a revolução esteve comprometida seriamente, logo na madrugada do dia 4. Alguns dirigentes

do Directório chegaram a reconhecer a derrota e o próprio Cândido dos Reis, chefe militar da revolta, pôs termo à sua vida. Ao invés da maioria dos oficiais, o guarda-marinha Machado Santos, com alguns sargentos e cadetes, opta por resistir. Era membro da direcção da Carbonária, conhecia a extensão dos seus efectivos e respectiva capacidade de intervenção. E, de facto, foram os grupos civis armados da Carbonária que, ao longo da manhã do dia 4, impediram o estrangulamento da insurreição, estabelecendo as comunicações entre os núcleos de revoltosos, atacando unidades militares em trânsito e isolando outras. Ao fim do dia 4, a relação de forças invertera-se. O Rei foge de Lisboa para Mafra e daqui para Ericeira, onde finalmente, embarcará com destino a Gibraltar e Inglaterra. Cerca das 10 horas do dia 5, a República é proclamada nos Paços da Câmara Municipal de Lisboa (Câmara que o PRP já conquistara nas eleições de Novembro de 1908).

O poder republicano

Nos dias subsequentes à revolução, registou-se um impetuoso movimento de adesões provindas de praticamente todos os sectores sociais e políticos do País. Esse ingresso maciço no PRP precipitou o desequilíbrio entre as tendências do "partido-frente", do mesmo passo que, traduzindo a ausência de reacção à deposição do Rei e da Monarquia, era sintoma de uma explosão de expectativas sociais e políticas de difícil gestão.

No plano externo, o Governo teve que enfrentar o relativo isolamento da própria fórmula republicana. Na Europa, a República portuguesa emparceirava apenas com as da França e da Suíça. As preocupações com o reconhecimento internacional do regime dominaram o

Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiado por Bernardino Machado, que orientou a sua pasta segundo critérios de extrema prudência. Rapidamente se apercebeu de que o relacionamento externo do novo regime dependia largamente da atitude do Foreign Office. A cena europeia ia-se definindo, neste período que haveria de desembocar na Grande Guerra, em torno de dois pólos antagonistas: Alemanha e Inglaterra.

A República triunfante quis erradicar os símbolos e apanágios do regime deposto. Assim, foram demitidos os funcionários ao serviço das casas reais, abolidos os títulos nobiliárquicos, distinções honoríficas ou direitos de nobreza, proscritos *ad aeternum* os membros da família de Bragança, adoptada uma nova bandeira e hino nacionais.

A 17 de Outubro foi nomeada uma comissão para estudar a reorganização do Exército e outra para estudar a instituição da instrução militar preparatória. Os grandes princípios republicanos sobre a organização eram os seguintes: exército miliciano em vez de exército profissional, corolário da ideia de exército como nação em armas concretizada através do serviço militar obrigatório. O Governo Provisório adoptou-os sob a forma de compromisso: criação de um corpo miliciano e manutenção de um corpo permanente de razoável dimensão.

Outra área a que o Governo Provisório dedicou atenção especial foi a Universidade. António José de Almeida, responsável pelo pelouro da instrução do Governo, criou as Universidades de Lisboa e do Porto (pondo fim ao monopólio de Coimbra), as Faculdades de Letras de Coimbra e de Direito de Lisboa e o Instituto Superior Técnico, e instituiu a autonomia universitária. Estas medidas integravam-se num conjunto de providências reformadoras de que a outra vertente foi o ensino infantil, primário e normal, globalmente

consideradas como das mais inovadoras da República, se bem que diminuídas na prática pela insuficiência de meios postos à sua disposição.

Na área social o Governo foi colocado perante exigências muito elevadas, embora politicamente pouco articuladas. O anarco-sindicalismo preponderava num meio onde o Partido Socialista primava pela ausência quase completa. As novas Leis do Inquilinato e da Família do Governo Provisório ficaram muito aquém das pretensões e reivindicações das camadas populares. Pior: os operários sentiram-se "burlados" por uma Lei da Greve que proibia os piquetes e exigia um pré-aviso com uma semana de antecedência. Por seu turno, republicanos achavam as greves inoportunas (cerca de seis dezenas estalaram só entre o 5 de Outubro e o final desse ano de 1910) e a 15 de Janeiro de 1911 batalhões de voluntários da República manifestaram-se mesmo contra elas, em Lisboa. Estes sinais de hostilidade volver-se-iam em grito de guerra quando, a 19 de Março de 1911, dois grevistas morreram, em Setúbal, às mãos da Guarda Nacional Republicana. Junto do operariado, a República perdeu cedo a credibilidade. As relações entre o regime e o movimento operário seriam sempre tempestuosas.

O modo como a República recém-implantada se posicionou face à Igreja e ao clero exige uma atenção particular. Os republicanos tinham feito da laicização da vida portuguesa um dos principais temas da propaganda, com argumentos em que aliavam traços do liberalismo político e do positivismo filosófico. Eram anticlericais, segundo a tradição maçónica, do mesmo passo que se opunham à realeza: monarquia e clericalismo, a seus olhos, equivaliam-se.

O juramento religioso nos tribunais e outros actos oficiais foi abolido a 18 de Outubro,

depois de, a 8, ter sido decretada a expulsão dos Jesuítas e o encerramento dos conventos (com reposição em vigor de legislação pombalina e de 1834). As relações com as autoridades eclesiásticas entram de imediato em derrapagem. A 20 de Outubro o Núncio Apostólico abandona Lisboa e, no dia seguinte, o Bispo de Beja, que se refugiara em Sevilha, é suspenso.

A 3 de Novembro estabelece-se o divórcio e a 25 de Dezembro é introduzido o princípio do casamento como contrato de validade exclusivamente civil. A Lei do Registo Civil coroa esta actividade legislativa que visava neutralizar um dos instrumentos mais importantes do poder do corpo eclesial. Data de 18 de Fevereiro de 1911 e declara obrigatória, no seu artigo 2º, "a inscrição no registo civil dos factos essenciais relativos ao indivíduo e a família, nomeadamente dos nascimentos, casamentos e óbitos", mandando encerrar os livros de registo paroquiais.

É então que, perante o número de padres encarcerados (mais de centena e meia), e proibições como as do uso de vestes talares e da realização de cerimónias religiosas fora dos recintos expressamente determinados, os bispos decidem tornar público o seu protesto contra a legislação republicana, que consideram não só acatólica como anti-católica.

Os dados estavam lançados. A 20 de Abril foi decretada a Separação do Estado e das Igrejas. O Vaticano e os prelados portugueses reagiram de imediato. O primeiro cortou relações diplomáticas com o Estado português, os segundos cortaram relações com o regime republicano.

Eleições legislativas foram convocadas para 28 de Maio de 1911. Tinha-se tornado claro que, sem elas, as potências europeias não reconheceriam a República. Mas também a

situação interna o exigia.

O debate gerado em torno da organização do poder político que a República deveria adoptar centrou-se em duas questões principais: admissibilidade da figura do Presidente da República, uni ou bi-cameralismo, já que o princípio da supremacia parlamentar se tornara relativamente consensual.

A dispensabilidade da função presidencial não vingou, embora conhecesse múltiplos adeptos dentro, e sobretudo fora, da Constituinte. As teses favoráveis ao bicameralismo fizeram vencimento: o Congresso da República seria formado por uma Câmara de Deputados com um mandato trienal, e um Senado eleito por um sexénio. Os deputados teriam como limite mínimo de idade 25 anos e os senadores 35.

Aprovada e promulgada a Constituição da República, seguiu-se a eleição presidencial, que deu a vitória a Manuel de Arriaga, contra Bernardino Machado, candidatos com apoios e programas políticos alternativos. Candidato de Afonso Costa, Bernardino Machado advogava a unidade de PRP e o prosseguimento do combate aos inimigos do regime. Manuel de Arriaga era proposto por António José de Almeida e Brito Camacho, e do seu programa constavam os temas caros aos moderados: conciliação nacional, respeito pela legalidade, ordem pública, revisão da Lei da Separação.

O "bloco" acordado entre António José de Almeida e Brito Camacho para derrotar Bernardino Machado e Afonso Costa não era porém, politicamente, muito mais do que uma coligação negativa. O Partido começava efectivamente a dividir-se.

Em Outubro reúne-se em Lisboa o Congresso do PRP. Nem António José de Almeida nem

Brito Camacho nele participaram. Os delegados elegeram para o novo Directório uma lista patrocinada por Afonso Costa. A hegemonia dos "democráticos" no Partido consumava-se.

Os chefes do "bloco" responderam com duas novas formações: em Fevereiro de 1912 António José de Almeida fundou o Partido Evolucionista e pouco depois Brito Camacho a União Republicana. O projecto de um grande partido de centro-direita que disputasse ao Partido Democrático a vocação maioritária que iria firmar ao longo de 1912 e consagrar em 1913 não teve sucesso.

O regime não evoluiu no sentido de um bipartidismo segundo o modelo do rotativismo partidário vigente em Portugal durante a monarquia constitucional. A situação que prevaleceu na República foi a de um multipartidarismo de partido dominante, para usar a denominação perfilhada por Marcelo Rebelo de Sousa⁵.

Em 1912 o Partido de Afonso Costa era o único partido da República regularmente implantado no País, dispondo de um aparelho activo e razoavelmente eficiente.

Os Partidos Evolucionista e o Partido Unionista não passaram nunca de partidos de quadros típicos, o último dos quais, aliás, dispondo de um reduzido contingente de quadros regionais.

À esquerda, também o Partido Democrático não tem concorrentes. O Partido Socialista é um pequeno partido dividido e fraco. Restavam os Sindicatos.

⁵ Marcelo Rebelo de Sousa, *Os partidos políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, 1983, p. 167-178.

O número e a actividade reivindicativa das Associações de Classe aumentou consideravelmente em 1911 e 1912. Em Janeiro deste ano, uma greve dos trabalhadores rurais estalou no Alentejo. A violenta repressão de que foi alvo colocou o Partido Democrático em dificuldades com o movimento operário. Por alguma razão Afonso foi apodado de "racha-sindicalistas".

Consciente da sua força, o Partido Democrático tornou-se mais exigente em relação ao Governo. A 9 de Janeiro de 1913 o Presidente deu a Afonso Costa a possibilidade de constituir primeiro governo homogéneo da República. Dois inegáveis sucessos políticos assinalaram este primeiro Ministério de Afonso Costa, que durou 13 meses: fechou, com uma política deflacionista, o ano económico de 1912-1913 com um superavit; obteve nas eleições suplementares para deputados, efectuadas em Dezembro, a maioria absoluta na Câmara baixa para o Partido que o apoiava.

Esta hegemonia política do Partido Democrático depressa porém evidenciou efeitos perversos. Criou nas oposições republicanas minoritárias a convicção de que os democráticos só pela força cederiam o poder. Desconfiados de que o sistema político se fechara e de que os mecanismos constitucionais-legais eram insuficientes para contrabalançar o alegado jacobinismo dos "afonsistas", os adversários do partido, a direita, como a esquerda, cedo enveredaram por práticas golpistas.

A oposição parlamentar tinha apenas um trunfo contra a hegemonia do Partido Democrático - a maioria no Senado - e resolveu jogá-lo, dando azo a que se criasse uma situação de conflito entre o Legislativo e o Executivo. Era o pretexto para chamar o Presidente da República a intervir. Formam-se governos extrapartidários, que dessem

garantias de isenção a imparcialidade.

Mas, em Agosto, um novo ciclo político se abriu - inesperadamente - para a República, com o deflagrar da guerra na Europa.

A 5 de Agosto a Europa estava em guerra. A 7, Governo e Parlamento encararam a situação com cautela. Mas todos sabiam que a defesa do património colonial era a primeiro condicionante do posicionamento português no conflito. As ambições germânicas sobre esse domínio eram conhecidas. Aqui findava, no entanto, a unanimidade política nacional, dentro e fora do Parlamento. Se é certo que ninguém defendia com plausibilidade e audiência as vantagens de uma posição pró-germânica, as opiniões dividiram-se uma vez mais - e talvez mais do que nunca - acerca das modalidades de acautelar o interesse nacional.

Os evolucionistas de António José de Almeida oscilaram e jamais se definiram com total nitidez, embora viessem, em 1916, a partilhar as responsabilidades da entrada do país na Guerra. De modo geral as suas declarações iam no sentido de acompanhar estritamente a política inglesa, promovendo a divisa "até onde for preciso, mas só sendo preciso". Os unionistas chefiados por Brito Camacho inclinavam-se para a abstenção portuguesa em relação à guerra na Europa. Advogavam, contudo, o reforço militar defensivo das colónias.

As afirmações mais favoráveis a uma presença activa de Portugal no confronto com os Impérios centrais partiu dos Democráticos e em geral da intelectualidade republicana. Os intervencionistas viam na participação portuguesa no teatro europeu da Guerra uma oportunidade de afirmação da autonomia do país longamente submetido ao estatuto menor de "protectorado inglês". Nos derradeiros 4 meses do ano de 1914, a situação portuguesa

quer interna quer externa foi-se definindo num sentido propiciatório e justificativo das teses intervencionistas.

A 23 de Novembro, por unanimidade o Parlamento autorizou o Governo a preparar o País para entrar em Guerra. Mas a unanimidade era precária. Deve dizer-se que as evidentes dificuldades financeiras e logísticas em dar sequência aos preparativos bélicos se inscreviam num pano de fundo de crescentes dúvidas sobre um rápido desfecho da Guerra.

Em Janeiro de 1915, uma movimentação militar de tipo golpista forneceu o ensejo para o Presidente da República despedir o Governo monocolor do Partido Democrático, entregando o poder em ditadura ao General Pimenta de Castro.

Esta primeira experiência ditatorial trouxe à área do poder não só os adversários do Partido Democrático e em geral do "Partido da Guerra", como os críticos do parlamentarismo liberal e a facção mais conservadora e tradicionalista da hierarquia militar profissional.

Pouco mais de 4 anos decorridos sobre o 5 de Outubro de 1910 a situação não estava porém ainda madura para a institucionalização de uma ditadura (muito embora o interregno deixasse sequelas que a breve trecho viriam à tona de água). Os democráticos lançaram uma formidável campanha contra o perigo monárquico e puseram em marcha a organização de um contra-golpe de Estado. Este era apresentado como um novo 5 de Outubro. Era preciso refundar a República, única forma de lavar a mancha da ditadura.

A revolta saldou-se por centenas de mortos e feridos. Teve lugar a 14 de Maio, o dia seguinte àquele em que os unionistas decidiram retirar o seu apoio ao Governo. Na sequência da vitória "constitucionalista", Manuel de Arriaga obviamente resignou.

Deu finalmente o Governo início às diligências tendentes à preparação de uma força militar portuguesa com destino à Europa. Os problemas a esse nível tinham-se naturalmente agravado. Em termos políticos, refiram-se como factores desse agravamento o arrastar do processo de tomada de decisão, o desfazer do precário e nunca entusiástico consenso inicial, o abrir de tensões cívico-militares.

Mas há também que ter em consideração factores de índole externa. No conflito bélico internacional a guerra de posições substituíra a guerra de movimento, sem que por isso o confronto se saldasse por menor número de perdas. Às terríveis condições vividas nas frentes de combate, e ao extraordinário número de mortos e feridos, juntava-se, na retaguarda, uma degradação quase incomportável das condições de vida nos países beligerantes. Emudeciam as vozes que tinham gritado "viva a Guerra". As populações cansadas sentia-se que, um pouco por todo o lado, suspiravam pela paz.

A Inglaterra, receosa das interpretações que ao gesto fosse dado pela Espanha católica e monárquica, não admite a quebra da "neutralidade condicional" portuguesa. Mas pede apoio em armas e a apreensão de navios alemães surtos nos portos portugueses. Sem êxito, Afonso Costa tenta obter luz verde britânica para que a medida fosse procedida de uma declaração de guerra à Alemanha.

A 23 de Fevereiro de 1916 o Governo ordenou a apreensão dos 35 navios alemães estacionados no porto de Lisboa, seguindo-se medidas idênticas para os restantes portos portugueses. A 9 de Março, a Alemanha respondia com uma declaração formal de guerra.

A 16 de Março, António José de Almeida aceita associar-se à governação. Afonso Costa cede-lhe a presidência e reserva a pasta das Finanças. É a "União Sagrada" possível e

tardia, sem os unionistas, sem os intransigentes de Machado Santos e sem os socialistas. A experiência durará até 25 de Abril de 1917. Reduzir-se-á depois ainda mais, perdendo inclusivamente a designação, com o 3º Governo de Afonso Costa (25/4 a 8/4/1917) no qual os evolucionistas não participam embora garantam apoio parlamentar.

A partir de 9 de Março de 1916 a organização de um corpo expedicionário constitui prioridade das prioridades governativas. Entre o corpo permanente de oficiais a política de intervenção estava longe de ser acolhida sem reservas (como se vira com a ditadura de Pimenta de Castro). Norton de Matos teve de recorrer a jovens oficiais republicanos muitos dos quais com actividade política pública.

A política de guerra sofreu desde a Primavera de 1917 uma crescente erosão junto das camadas populares urbanas afectadas pela carestia. Esse divórcio entre a frente (que, recorde-se vive o inferno) e uma rectaguarda que passa ao anti-belicismo não é exclusiva de Portugal. Tem no entanto aqui, mais do que nos países desde o princípio envolvidos no conflito armado, uma dimensão pública muito mais acentuada. Incidentalmente, em Portugal as oposições à guerra cruzam-se com divergências políticas mais antigas umas, mais recentes outras. O protesto social desce à rua e o poder reprime como pode. A 20 de Maio o Governo suspende as garantias e a 12 de Julho declara o estado de sítio em Lisboa, na sequência de motins e de greves. A 8 de Setembro a União Operária Nacional, constituída em Março de 1914 e que evoluíra para uma clara oposição à guerra, convoca uma greve geral a que o Governo responde com a mobilização dos grevistas.

O Ministério Afonso Costa surge pois cada vez mais isolado nos campos como nas cidades, enquanto o ex-embaixador português em Berlim e antigo unionista prepara a conspiração

que conduziria a República à segunda ditadura num espaço de menos de 3 anos. Mais: o paradigma de legitimação superior do regime que Afonso Costa procurara erguer com a política de intervenção está posto em causa de modo bem perverso. Serão as Forças Armadas - a nação em armas - a desautorizar o poder político civil.

O pós-Grande Guerra foi no imediato tão perturbado em Portugal como o havia sido a conjuntura 1914-1918. O país enfrentou a paz exterior com uma guerra civil, alimentada pelo caldo do dissenso provocado pela própria participação no teatro europeu da Guerra e na permanência do recurso à violência como método de luta política. No plano económico a tendência inflacionista manter-se-ia ainda por vários anos, como aliás noutros países europeus. Os rendimentos fixos e as poupanças, corroídos pelo processo inflacionista, somavam ao desemprego condições geradoras de descontentamento social, sobretudo nos meios urbanos. A Guerra trouxera a carestia e a especulação e acentuara as desigualdades sociais. A popularidade dos governos republicanos foi muito afectada, embora o Partido Democrático, agora sem o seu líder histórico, Afonso Costa, se tivesse abrigado do pior. As diversas tentativas de encaminhar o sistema político para uma bipolarização fracassaram e em meados da década de 20 o Partido Democrático, recuperada a sua hegemonia, proporcionou um quadro de estabilidade relativa ao regime, no qual foram apresentadas propostas de reforma, como as da *Seara Nova*. Pela mesma altura, os governos terão logrado controlar os mecanismos das finanças públicas, encetando um período de valorização da moeda e de deflação. Este aparente sucesso foi tardio ou pelo menos não estancou a corrente anti-liberal que desde 1914 vinha engrossando. As classes médias, o funcionalismo, o comércio e os agrários, a grande indústria e a finança, o exército, a Igreja

tinham-se já preparado para forjar ou aceitar um novo autoritarismo

Da observação do golpe vitorioso de 5 de Dezembro de 1917 ressaltam as similitudes com o 5 de Outubro de 1910. Inverteu-se porém a situação político-militar. Quem ocupa a Rotunda e beneficia directa e indirectamente da movimentação popular são os revoltosos. A força civil de rua que em Lisboa sustentara o Partido Democrático, dividiu-se ou retirou-se pura e simplesmente do confronto. Em vez dela surgiram, de forma espontânea e imparável, tirando partido da ausência de policiamento das artérias da cidade, grupos de assaltantes de lojas e armazéns. O operariado, por seu turno, viu a oportunidade de obter desforço da repressão que Afonso Costa lhe dispensara, e aproveitou-a.

Na sua primeira proclamação, de 9 de Dezembro, a Junta reivindica o triunfo em nome da República do 5 de Outubro "miseravelmente atraída por uma casta política que audaciosamente conquistou o poder e o explorou em proveito próprio e com grave dano do país".

Sobre a reclamação de continuidade relativamente ao 5 de Outubro e da República, cuja pureza inicial se propunha devolver, o "dezembrismo" (como se denominou o movimento encabeçado por Sidónio) procurou institucionalizar um novo regime. "República Nova" se chamou.

As primeiras medidas governamentais visam o apaziguamento social criando uma forte expectativa em torno da nova situação, num País que a Guerra dividira e empobrecera. Nesse ambiente favorável, a figura de Sidónio Pais adquiriu repentinamente uma aura espectacular, e depressa ganhou uma dimensão sem paralelo na de qualquer outro dirigente republicano. Em Janeiro visitou o Norte, em Fevereiro o Sul, em Março o Centro: as

multidões que o aguardavam, que o seguiam, vibrando com os gestos e palavras, referendaram o presidencialismo de Sidónio, antes mesmo de a revisão constitucional o ter adoptado.

A "República Nova" é incompreensível sem o sidonismo, fenómeno onde o apelo sebastiânico, recortado num fundo de tensões sociais e religiosas, se casa com uma protagonização de tipo carismático do sistema político. "O Sidónio chegou hoje do Norte. Teve uma manifestação imponente, como nunca vi fazer aos reis. Vivas, palmas, toda a gente na rua. São principalmente as mulheres quem o aclama. Nas janelas há risos e lenços a acenar. Sente-se que esta ovação é, ao mesmo tempo, uma pateada ao Afonso Costa, escorraçado, preso em Elvas, e que, como um fantasma, não sai do fundo do quadro", anota Raúl Brandão no seu diário, a 18 de Janeiro de 1918⁶.

A figura de Sidónio é mobilizadora, muito mais do que o Partido que inspirou, o Partido Nacional Republicano. Para as eleições que convocou, com base numa nova lei eleitoral, ter-se-ão recenseado cerca de 900 000 indivíduos, de um total de cerca de 1 500 000 recenseáveis (universo da população masculina adulta). Votaram 514 000 em Sidónio, cerca de 57%. Estes números contrastam vivamente com a percentagem de votação nas eleições parlamentares, simultaneamente efectuadas, que foi bem mais baixa, em todo o país, e, em Lisboa, se ficou pelos 36%.

O regime revê-se em Sidónio e, cada vez mais, parece que a ele exclusivamente se resume. A subalternização do Parlamento e do partido emprestam à República Nova uma feição de

ditadura pessoal. Quanto mais esta feição se acentua, mais diminuem a sua institucionalização e capacidade de integração social. Mas esse carisma, significando uma novidade, não trouxe consigo uma alteração completa, revolucionária, do Estado republicano e da sua articulação com a sociedade.

Sidónio foi assassinado, a tiro de revólver, a 14 de Dezembro de 1918. Nos últimos 6 meses, assistiu-se a um crescendo de dissidências que arrastaram o regime para um dos lados da guerra civil com que Portugal saiu da Guerra. Dissidências internas que se traduziram na incapacidade de o Parlamento definir uma agenda e cumpri-la, no afastamento de alguns apoiantes iniciais, como Machado Santos, nas dificuldades de diminuir o esforço de guerra sem provocar uma catástrofe nas forças portuguesas da Flandres, no progressivo afastamento do movimento operário.

Inicialmente ter-se-ão deparado com um certo abstencionismo das forças policiais e militares, mas a partir de Fevereiro torna-se claro que os operários não deverão esperar maior complacência deste Governo. A intimidação em larga escala e a repressão aparatosa tornam-se o recurso normal para enfrentar o protesto operário contra a carestia de vida e a diminuição dos salários. Os arremedos de política social - sopa dos pobres, bairros económicos, etc. - não lograram recuperar para o sidonismo o benefício da dúvida operário.

O regime guina então mais para a direita. Pretendendo pacificar as relações com a Igreja, permite a reposição de um *status quo ante* Lei da Separação, sobrecarregado porém com os agravos e ressentimentos entretanto acumulados. Pretendendo a integração dos

⁶ Raúl Brandão, *Memórias*, III, p. 67.

monárquicos na "República Nova", oferece-lhes postos-chave nas Forças Armadas e nas Polícias, dispensa, demite ou deporta para as colónias oficiais voluntários, conhecidos pelas suas ligações aos Democráticos e desafecção ao sidonismo. Pretendendo regularizar a ordem interna, reconstitui a censura e a polícia política (a Polícia Preventiva) com autonomia e efectivos consideráveis. Acompanhando esse acantonamento do regime, prisioneiro das direitas, emergem os "trauliteiros" grupos de choque que saqueiam escritórios de personalidades e sedes de jornais republicanos e lojas maçónicas, ou colaboram com a polícia nas rusgas a bairros operários. Em muitos aspectos, desde a mística do chefe ao lugar dos aparelhos repressivos, passando pelo apelo à mobilização anti-operária e anti-bolchevique, o regime assume um carácter fascizante, antecipando experiências europeias desse tipo.

Os Democráticos encontraram aqui campo para recuperar forças e aliados. Desde Maio que se fala de conspiração: em Lisboa, no Porto, em Almada e em Lamego.

No segundo semestre do ano, o operariado radicaliza as suas formas de luta.

O fim da Guerra, celebrado a 11 de Novembro, acabará por precipitar o desenlace do regime sidonista enquanto “regime de excepção”⁷. A exigência do regresso à normalidade constitucional anterior ganha oportunidade com o termo da beligerância, a queda das monarquias autocráticas em todo o espaço dos impérios centrais derrotados e a formação da Sociedade das Nações. Ela é invocada pelos velhos partidos republicanos, em especial o democrático.

Pela sua banda, a direita em geral e os monárquicos actuam como se a cobertura de Sidónio se tivesse tornado insuficiente ou ferida da suspeita de condenação a prazo. Em princípios de Novembro os comandos militares sidonistas estabelecem entre si um pacto prevendo a eventualidade do assassinato do Presidente. As Juntas Militares - constituídas no Porto (Norte) e em Lisboa (Sul) - surgiram como estruturas de defesa do regime, mas atrás delas era sabido que se perfilavam os monárquicos.

Cerca de um mês depois, cumpria-se aquela profecia, às mãos de José Júlio da Costa, um antigo soldado do 5 de Outubro e da Guerra africanas de 1914-1916. Sidónio foi atingido mortalmente quando se dirigia para a gare, na estação do Rossio, a fim de tomar o comboio para o Porto.

Uma saída conturbada da Guerra

O assassinato de Sidónio Pais em Dezembro de 1918 criou uma crise institucional. Regressou-se ao regime constitucional de 1911, sem todavia repor a situação funcional anterior ao golpe de 1917. Manteve-se o Parlamento sidonista, que aliás elegeu novo Presidente. Os compassos de espera para a emergência de novos equilíbrios, falharam. O ajuste de contas tornou-se insuperável. Os sidonistas ficaram prisioneiros dos monárquicos e os republicanos dos democráticos. O País mergulhou na guerra civil.

A 19 de Janeiro a Junta Militar do Norte deu o passo anunciado: proclamou a monarquia,

⁷ A expressão é de Manuel Villaverde Cabral, "A Grande Guerra e o sidonismo", in *Análise Social*, nº p.387.

mandou substituir a bandeira verde-rubra pela bandeira azul e branca, e a Guarda Nacional Republicana pela Guarda Real. Paiva Couceiro foi investido nas funções de regente e nomeou governo. A adesão a esta proclamação alastrou, mas confinou-se ao Norte do Vouga e Viseu. Chaves e Aveiro permaneceram leais a Lisboa. Era a Monarquia do Norte. Resistiu até 13 de Fevereiro.

A defesa da República ficou uma vez mais nas mãos das camadas populares urbanas, enquadradas pelo exército. A maioria dos soldados reconhece-se mais facilmente nos oficiais com que embarcou para a Flandres, dos que nos oficiais monárquicos que Sidónio integrara ou reintegrara na segunda fase do seu consulado.

As eleições realizaram-se a 11 de Maio, depois de adiadas 4 semanas, com os seguintes resultados para a Assembleia de Deputados: fraca mobilização eleitoral, 1 deputado Católico, 8 Socialistas, 13 independentes, 17 Unionistas, 38 Evolucionistas e 86 Democráticos. O Partido Democrático reconfirmou a sua maioria anterior a Sidónio: 53%. Deveria governar.

Esta imagem de corte com o passado era intencional. O Partido que recuperou o controlo do Governo em 1919 ensaiou algumas modificações relativamente às formas de actuação que o haviam caracterizado entre 1913 e 1917. Evitou reeditar conflitos com a Igreja (numa carta apostólica de 29 de Junho, Bento XV ofereceria o reconhecimento da República portuguesa pelo Vaticano) e actuou com prudência na questão dos saneamentos da Administração. Contemporizou com a eleição de António José de Almeida para a Presidência da República e com uma revisão constitucional que atribuía ao Presidente a faculdade da dissolução parlamentar.

Em suma, o Partido Democrático orientou a sua actuação de forma a não dar oportunidade à reconstituição do bloco conservador. A queda de Relvas e a apresentação às eleições do leque partidário anterior a Sidónio eram condições básicas para o sucesso dessa estratégia e foram garantidas.

O abstencionismo eleitoral surge assim como causa e efeito da impotência dos que remam contra o afunilamento do sistema político. Não há alternativa ao Partido Democrático que não resvale para os braços dos monárquicos - eis a lição dos factos. O eleitor conformado demite-se (ou receia, há quem fale em "crise do medo") de pôr em causa o *status quo*.

O Partido Democrático continua a não possuir pontes para os sindicatos, mostrando-se incapaz de responder de outra forma, que não a repressiva, às movimentações anarco-sindicalistas.

A Guerra acentuou a crise do sistema liberal. O optimismo que pode ter despontado a seguir ao armistício cedo se deparou com a grande questão de o liberalismo parecer cada vez mais, à esquerda e à direita, inadequado para enfrentar os problemas da recuperação e reconstrução económica e social.

Em Portugal, no plano estritamente político, se o regime republicano se defendeu com êxito dos ataques dos inimigos e cortou os caminhos de um regresso à Monarquia, a fórmula parlamentar, em contrapartida, acumulara insucessos. Não impedira Pimenta de Castro e Sidónio. Não assegurava alternância governativa. Para muitos não era garantia de democraticidade, mas de hegemonia de um Partido.

Depois de 1919, pode dizer-se que o Parlamento está confrontado com uma desconfiança

baseada na prática anterior, merecendo quando muito um condicionalíssimo benefício da dúvida. Essa desconfiança envolve os partidos da República e em geral as elites políticas republicanas. É-lhe dispensada por uma larga faixa que não tem capacidade eleitoral e por nenhuma outra forma é integrada no sistema (camponeses, operários industriais), e pelas classes médias urbanas que cada vez mais se abstêm de votar.

Depois da Guerra não são apenas os operários a protestar contra a carestia de vida. Aliás, eles já o haviam feito antes. A Guerra e a inflação que se lhe seguiu perturbou os valores e os rendimentos de outros grupos sociais, tanto rurais como urbanos. O medo do comunismo e em geral das reivindicações operárias faz o seu curso em paralelo.

Mas a Guerra também fez os ex-combatentes e perturbou as relações cívico-militares. Na Europa, as dificuldades de absorção dos militares regressados da frente gerou novas dissidências sociais. Em Portugal, o militantismo dos soldados ex-combatentes é pouco expressivo, comparativamente com o de outros países, como a França ou a Itália. Mas a Guerra proporcionou um crescente intervencionismo militar na política e o pós-Guerra não inflectiu esse curso em sentido inverso. Os golpes militares - nas suas diversas modalidades - sempre efectuados em nome de um paradigma de ordem e de segurança, anunciavam invariavelmente ser seu objectivo resolver uma crise que os partidos não se mostravam capazes de por si resolver.

Em 1919 tomaram posse 4 novos Governos, em 1920, 7, em 1921, 6, em 1922, 2, em 1923, 2, em 1924, 3, em 1925, 4. Independentemente do significado, a discutir mais adiante, que houver a atribuir à queda dos Governos em geral e dos motivos de cada uma em particular, a evolução da cadência aí está como indicador. Os anos de 1920 e 1921 culminam um

momento de grande instabilidade governativa iniciado em 1919. 1922 e 1923 representam um relativa acalmia que logo se inflecte de novo, em 1924, no sentido da crise.

A frequência de eleições legislativas acompanha esta curva. Efectuaram-se eleições gerais em Maio de 1919, Julho de 1921, Janeiro de 1922 e Novembro de 1925. Só a Assembleia eleita em 1922 completou o seu mandato de 3 anos. Mas, em contrapartida o Presidente da República eleito em 1923 resignou em 1925, a meio do seu mandato, que era de 4 anos.

Economia e política económica: da inflação para a deflação

A economia da Guerra acentuou fragilidades do sistema económico, designadamente as resultantes duma dependência externa. As crescentes dificuldades do transporte de longo curso e a perturbação do comércio internacional decorrente da necessária reorientação das produções nacionais originou escassez de mercadorias, quer de consumo quer produtivas. O seu reflexo na indústria foi desigual, sendo os sectores dependentes da importação de matérias-primas, como o têxtil, os mais afectados. O desequilíbrio da balança comercial acentuou-se e a dívida pública disparou. O esforço militar obrigou à contracção de uma dívida de guerra para com a Inglaterra, que se julgou poder remir com as indemnizações que a Alemanha viesse a satisfazer. Regressou-se ao regime do déficit orçamental.

Os governos enfrentaram a situação financeira aumentando a massa monetária em circulação, com a conseqüente depreciação do valor da moeda. O processo inflacionista daí decorrente permaneceu para lá do fim da Guerra. Em primeiro lugar, de acordo com o historiador económico Nuno Valério, porque a cessação do auxílio financeiro britânico

agravou o déficit da balança de pagamentos, em segundo lugar devido ao clima de incerteza que rodeou a hipótese (aliás gorada) de cobertura da dívida de guerra portuguesa pelas reparações alemãs⁸. É possível aduzir a este clima de incerteza um outro, proveniente dos dados da situação política interna que se manteve, como vimos, instável durante todo o período. Por outro lado, o Estado manteve uma política de apoio ao consumo de produtos básicos - as chamadas subsistências - que vinha do tempo da Guerra.

Tornou-se corrente entre os países que sofreram os efeitos da Guerra a utilização da inflação dos preços para reduzir as despesas de guerra. Isso mesmo pôs em evidência Fernando Medeiros, um dos historiadores que rebateu o modelo de análise da política económico-financeira republicana segundo o "dogma do equilíbrio orçamental". Um tal imposto desgastava o partido de Governo e, faz notar o mesmo autor, talvez assim se compreenda que o período de inflação galopante recaiu em períodos em que o Partido Democrático não teve dominantes ou exclusivas responsabilidades governativas⁹.

À sombra do ciclo inflacionista ocorreu algum investimento industrial. De facto a desvalorização da moeda funcionou em defesa do mercado nacional. No quadro deste mercado e de um mercado colonial protegido algumas indústrias puderam crescer. Estão nessa situação o têxtil, as indústrias alimentares (designadamente as conservas de peixe), a indústria química, os cimentos e os tabacos. No primeiro caso, o investimento reproduziu o

⁸ Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas Entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, 1994, p. 457-58.

⁹ Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, 1978, p. 318.

quadro da pequena indústria disseminada, não originando situações de concentração industrial significativa nem de modernização do equipamento. A indústria das conservas de peixe atingiu o pico na conjuntura da Guerra, chegando a ocupar o 2º lugar das exportações portuguesas¹⁰. A CUF tornou-se um dos maiores complexos industriais nacionais e Alfredo da Silva um dos mais influentes capitalistas portugueses. Os cimentos, uma criação industrial dos anos 20, e os tabacos também não cessaram de crescer. Não se confirma pois a imagem de um país economicamente paralisado, transmitida pela crítica política anti-republicana dos anos trinta. De um modo geral, aliás, registou-se um crescimento do produto interno que subiu a níveis anteriores à Guerra.

A partir de 1922, os governos procuraram controlar a política financeira através da redução dos défices das contas do Estado e do abrandamento do ritmo de recurso ao crédito junto do Banco de Portugal. O restabelecimento do circuito das remessas de emigrantes permitiu recuperar um dos mecanismos fundamentais do equilíbrio da balança de pagamentos anterior. Uma tentativa de reforma fiscal em 1922 inscreveu-se no mesmo sentido do equilíbrio das receitas e despesas públicas. A política das subsistências foi abandonada. Estas medidas tiveram efeitos a partir de meados de 24, dando início a um ciclo deflacionista que se manteria até à Grande Depressão.

A preocupação com a dívida dominara a política económica republicana anterior à Guerra. Afonso Costa após o equilíbrio obtido em 1914 formulara novas prioridades: defesa nacional, administração pública, instrução e fomento. A Guerra imporia porém outras

¹⁰ A. H. de Oliveira Marques, dir. *Portugal: da Monarquia para a República*, 1991, p. 137.

exigências. A suspensão do pagamento da dívida e a possibilidade de recorrer a um empréstimo de guerra permitiu reduzir seu encargo, mas é a defesa que domina naturalmente o período.

Como nota Nuno Valério, o padrão de actuação é flutuante, devido certamente às pressões contraditórias ou dificilmente controláveis dos preços e das preocupações com o equilíbrio das contas. Mas a tendência para regressar às prioridades republicanas é notória¹¹.

A direita não-republicana

Os anos 20, assistem a diversas tentativas de fusão dos conservadores republicanos num único partido, a uma reorganização do campo conservador não republicano, católicos e monárquicos.

As primeiras iniciativas de relançamento do movimento católico tinham ocorrido em finais de 1912. No ano seguinte, no âmbito da União Católica é criada uma organização específica, para actuar no terreno político: o Centro Católico Português. De Novembro de 1918 em diante, o Centro Católico, com alguns deputados e senadores eleitos, pautou a sua intervenção por um certo pragmatismo, defendendo a política da Igreja com aceitação do quadro institucional vigente e oferecendo pontualmente colaboração. Os deputados do Centro evitaram cuidadosamente qualquer suspeita de envolvimento em propostas ou actividades conspirativas ou de teor fascizante, muito embora outros elementos delas se não

¹¹ *op. cit.* p. 282-290

conservassem tão distantes quanto os dirigentes afirmavam.

No campo monárquico, a organização ideologicamente mais influente durante a Primeira República foi o Integralismo Lusitano. Os seus fundadores eram intelectuais que frequentavam a Universidade de Coimbra e se identificavam com o pensamento contra-revolucionário português, nacionalista e anti-liberal, que defendiam a monarquia tradicional e o corporativismo. Em 1916, o integralismo transforma-se em movimento político. Aproxima-se do sidonismo, elegendo deputados em 1918.

A investigação detectou a influência do integralismo em diversas manifestações e organizações políticas de direita nestes anos 20, designadamente junto de camadas estudantis, em meios militares e junto do patronato. Os integralistas não escondem simpatia pelas ditaduras de Primo de Rivera e de Mussolini.

Insuficientemente estudada, a Cruzada Nun'Alvares surge em 1918. É uma organização por onde passam monárquicos, sidonistas, católicos. De algum modo o seu projecto é federar as direitas não-republicanas. A Cruzada parece ter sido das organizações de direita que mais cedo se apercebeu que o enfeudamento aos monárquicos comprometeria o sucesso de qualquer tentativa anti-República. A partir de 1923, os seus membros apontam a Itália de Mussolini como modelo a adoptar.

As direitas portuguesas, apesar da evidente sedução que sobre elas exerceu o fascismo italiano, criaram uma única organização de tipo fascista. António Costa Pinto refere a formação do Nacionalismo Lusitano, cujo órgão de imprensa se intitula *A Ditadura - Periódico do Fascismo Português*, em 1923, mas cuja duração se não prolonga para além do ano de 1924. Segundo este investigador a origem dos nacionalistas lusitanos é sidonista,

o que sublinharia o cadinho de valores e tendências que a ditadura de Sidónio afinal constitui para a cultura política da direita em Portugal durante a Primeira República¹².

O "Vinte e Oito de Maio"

Em 1924 e 1925 percorre-se de novo a via sacra das tentativas de formar Governos com base numa composição da Assembleia que entretanto revelava grande mobilidade e indisciplina partidárias.

O fracasso das diversas tentativas de introduzir mecanismos de autoregulação, a audiência das direitas não republicanas e a inexistência de movimento de massas de tipo fascista colocou a intervenção do Exército na ordem do dia.

O intervencionismo militar na política é, aliás, outro elemento caracterizador da crise. Esse intervencionismo assume diversas modalidades, desde a simples pressão no sentido de influenciar ou modificar políticas até ao uso da violência para substituir governantes. Os investigadores têm posto em destaque a este propósito, o protagonismo militar da actividade política em Portugal que se acentua com e depois da Guerra. O número de militares que chefiaram Governos entre 1919 e 1926 aumentou consideravelmente em relação ao período anterior a Sidónio. O mesmo se poderá dizer de outros cargos políticos, como deputados, ministros e governadores civis.

¹² António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Estampa, 1994.

Os republicanos tinham assimilado o modelo de legitimidade baseado na identificação entre a força armada e o "interesse ou o "destino" nacionais. O envolvimento militar e respectiva justificação de Portugal na Grande Guerra sublinhou o entendimento de umas Forças Armadas como "instituição nacional de referência"¹³.

Com o fim da Guerra, atenuou-se a determinante externa na identificação da Forças Armadas como "garante da Nação". Na situação de crise económica e política dos anos 20, é uma determinante basicamente interna que sobressai. A soberania nacional não está ameaçada por um inimigo externo, mas por um inimigo interno: a desordem.

A 18 de Abril de 1925, um movimento militar de certas proporções dá um sério aviso ao Governo. São chefes da tentativa o general Sinel de Cordes (monárquico), o capitão de fragata Filomeno da Câmara (Cruzada Nun'Alvares), o tenente-coronel Raúl Esteves (republicano conservador). A 19 de Julho, a revolta vem da Marinha e é seu protagonista o capitão de fragata Mendes Cabeçadas (republicano conservador). Invocam como razões para intervir a necessidade de "restabelecer a ordem e a disciplina" e "libertar o País dos maus políticos e suas clientelas".

Menos de um ano depois, o mesmo programa está na rua. Com mais forças, acrescentadas de novas chefias: Óscar Fragoso Carmona, que absolvera os incriminados do 18 de Abril; Gomes da Costa que era general com folha de serviços recheada, herói da Índia, da África e da Flandres, passara pelo sidonismo e pela Cruzada Nun'Alvares. Cabeçadas que não

¹³ Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Séc. XX*, Lisboa, Estampa, 1992.

deixara de conspirar desde o 19 de Julho.

No início do ano de 1926, formam-se juntas militares regionais, tendo por sedes Braga, Coimbra, Lisboa e Évora. Gomes da Costa decide-se em Braga, a 26 de Maio, a tomar a direcção das operações no Norte. Desencadeia-as de 27 para 28. Mendes Cabeçadas, em Lisboa, secunda-o de imediato, reclamando de Bernardino Machado, a demissão do Governo. Este último parece ter-se convencido da possibilidade de um isolamento fácil da conspiração e responde com acções mais intimidatórias do que de força. O certo, porém, é que as adesões ao movimento de sucedem com inesperada rapidez, a par de outras tantas declarações de neutralidade, e a acção popular de rua que tantas vezes "salvara" a República não atinge dimensão nem convicção.

Os diversos segmentos as Forças Armadas que decidiram sincronizar o seu protesto em Braga, a 28 de Maio de 1926, achavam-se unidos contra a partidocracia e a ineficácia parlamentar, a desordem nas ruas e a crise das instituições. Estamos perante um levantamento militar na lógica de outros movimentos anteriores que recorreram à violência para modificar a situação política.

Os revoltosos exigiram desde sempre a demissão do Presidente da República em funções, na tradição do golpe de Sidónio Pais. Efectivamente o 28 de Maio tem a experiência e o modelo sidonista no horizonte: propõe-se derrubar a ordem constitucional, mantendo embora o princípio republicano formal; entregar a chefia do Estado a um militar, embora mantendo a separação de funções entre este e a chefia do Governo; projecta obter uma certa acalmia do protesto social a troco do afastamento do aparelho do Partido Democrático das posições de influência e poder na administração.

Como frequentemente sucede neste tipo de movimentos, a partilha do poder imporá uma progressiva decantação dos vários grupos coligados. No caso, a decantação fez-se a benefício de uma chefia protagonizada por Carmona. Pelo caminho ficaram republicanos conservadores (Cabeçadas e Gomes da Costa). Em 1928, Carmona, seguindo uma vez mais de perto o modelo sidonista, fez-se eleger directamente Presidente da República.

O primeiro confronto, entre Cabeçadas (que chefiava a Junta Militar de Lisboa) e Gomes da Costa (chefe das tropas que partiram de Braga), terminou a 17 de Junho com a queda do primeiro. É uma derrota dos moderados. Segue-se a queda de Gomes da Costa, a 8 de Julho, num episódio mal conhecido, mas que decerto facilitou a composição das forças apoiantes da ditadura, perante uma personalidade truculenta e que vinha alimentando um círculo próprio de intriga e conspiração. Sucede-lhe na chefia do Governo Carmona, igualmente designado Presidente da República a 16 de Novembro.

O Partido Democrático julgou chegada a hora de lançar uma grande ofensiva contra o regime, cuja força claramente subavaliou. O ataque foi primeiramente lançado no exterior, procurando-se alertar os governos dos países europeus para a eventual nulidade dos actos praticados pelo Governo português por ausência de sanção parlamentar. Seguiram-se movimentos militares-civis no interior. A 3 de Fevereiro no Porto sublevam-se várias unidades militares. A 7 do mesmo mês o levantamento é acompanhado em Lisboa, mas as forças leais ao Governo são superiores e sobretudo não recusaram o confronto, que foi um dos mais sangrentos de toda a República. Carmona, proporá seguidamente a separação entre Chefia do Estado e do Governo, situação que se consumou a 26 de Agosto de 1927. Mas, julgando indispensável consolidar a sua posição de chefe da Ditadura exigirá a eleição

directa do cargo. Nas eleições presidenciais, realizadas a 25 de Março de 1928 ninguém mais se candidatou. Obviamente Carmona foi eleito.

Salazar

Nessa data, o fundador do regime autoritário que daria pelo nome de Estado Novo, estava ainda na Universidade de Coimbra, leccionando na Faculdade de Direito, no grupo de Ciências Económicas. Era um político conservador, gozando de grande prestígio e influência nos meios católicos, que se tornara conhecido da elite política do 28 de Maio pelas suas posições favoráveis ao equilíbrio orçamental das contas públicas. A 28 de Abril, com 39 anos, aceita a pasta de Ministro das Finanças do Governo chefiado pelo coronel Vicente de Freitas. António de Oliveira Salazar, inicia aqui uma trajectória no decurso da qual emergirá como o principal inspirador de uma reforma do Estado que se quer forte e autoritário, de feição corporativista, o principal aglutinador de correntes políticas anti-liberais e o arquitecto e o símbolo de um modelo de relações Estado-sociedade que já foi designado por "fascismo sem movimento de massas"¹⁴.

O sucesso alcançado por Salazar com sua política financeira, assente numa redução de despesas e na reforma fiscal, consolidou a sua posição no Governo, junto do Presidente e dos militares. Esse sucesso resulta não de uma mudança brusca de objectivos, que, desde 1922 se centravam em torno da estabilização monetária e financeira. Salazar tentou ainda negociar um empréstimo, mas perante o fracasso das negociações, tomou a única decisão

¹⁴ Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português, I - O salazarismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.

possível: avançar mais depressa para o equilíbrio das contas¹⁵.

A conjuntura crítica internacional do final da década de 1920 teve afinal reflexos limitados sobre a economia portuguesa. Como o próprio Salazar observava em Novembro de 1930, "a nossa estrutura agrícola e o baixo nível de vida da nossa população amorteceram porventura o choque". O ritmo de crescimento global da economia abrandou¹⁶, mas a historiografia portuguesa recente não aceita a visão de uma estagnação económica que durante muito tempo a oposição ao Estado Novo difundiu.

Em Julho de 1932, Salazar aceita a chefia do Governo. Era já o líder de um bloco político que se desembaraçara de compromissos com o liberalismo, que ergue o nacionalismo autoritário contra a democracia, que advoga o intervencionismo económico e a arbitragem social, que advoga o corporativismo e o partido único.

O Estado Novo

O Estado Novo nasceu de um conjunto de criações institucionais que configuram um novo regime, saído da Ditadura Militar, em 1932/1933. Em primeiro lugar, a "União Nacional", único partido permitido pelo regime, fundado em Julho de 1930, com a expressa finalidade de lhe prestar apoio. Em segundo lugar, uma Lei Fundamental destinada a

¹⁵ Cf. Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas Entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 357-358

¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 459.

constitucionalizar o regime, plebiscitada em Março de 1933. Depois, um conjunto de diplomas instituindo a organização corporativa: o Estatuto do Trabalho Nacional (Setembro de 1933), e as leis dos Grémios e Sindicatos Nacionais (mesma data).

No plano estritamente político, o Estado Novo coroa a transição para o autoritarismo iniciada com o 28 de Maio de 1926. Culmina um processo de combate e repressão às organizações políticas e sindicais do liberalismo republicano. Afasta em definitivo algumas das orientações presentes na Ditadura, que admitiam a possibilidade de um compromisso a prazo com os liberais e o regresso a uma República depurada de excessos.

A partir de meados da década de 30, o Estado Novo consolida-se em torno, não apenas de uma estrutura de regime, mas de um homem, e de uma política de fomento, educativa e cultural. O homem, Salazar, é cada vez mais a peça decisiva da governação, coordenando mas sobretudo ocupando-se pessoalmente das mais importantes áreas governativas. O regime construiu a sua imagem de solidez e eficácia com essa omnipresença e omnisciência do ditador, em simultâneo com o relançamento de um plano de grandes Obras Públicas (Duarte Pacheco), de uma política educativa estreitamente subordinada aos pressupostos ideológicos do regime (Carneiro Pacheco) e de uma política de promoção dos valores nacionalistas, através da actividade cultural (António Ferro).

A evolução política em Espanha teve grande impacto no Estado Novo, reforçando a sua componente autoritária e repressiva. Salazar empenhou-se no combate à esquerda republicana, no poder em Espanha desde 1936, e prestou um apoio vital às forças nacionalistas de Franco. O regime soma a partir de então ao anti-liberalismo o anti-comunismo, amplia a capacidade de intervenção da sua polícia política e atinge o pico das

prisões¹⁷, e admite organizações de tipo milícia, como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa.

No plano económico e social, o Estado Novo representa a institucionalização de um regime de protecção e arbitragem dos interesses económicos definidos como interesses nacionais. Como notou Fernando Rosas, o Estado Novo desdobra-se numa função de composição entre os interesses dos diversos sectores económicos (agricultura/indústria/comércio; produção nacional/produção colonial/comércio colonial e internacional), e numa função de coordenação e disciplina de actividades e circuitos¹⁸. A mesma finalidade integracionista, radicada na ponderação dos efeitos desreguladores e perversos do mercado livre, avulta na política social e sindical do Estado Novo, onde o paternalismo estatal surge como o garante de uma indispensável "colaboração de classes"¹⁹.

¹⁷ Fernando Rosas, "Salazar, António de Oliveira", in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

¹⁸ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos 30: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1986.

¹⁹ Cf. Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, 2 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995.